



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO XI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° _____/20__

CONTRATADA:

A **COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Melvin Jones, nº 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **JAMES DA SILVA SERRADO**, em conjunto com a Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental, **ELIZANGELA DE SOUSA RODRIGUES**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, em _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função na empresa), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o nº _____/20__, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA MECANIZADA, TIPO SUÇÃO A VÁCUO E HIDROJATEAMENTO, DOS POÇOS DE VISITA (PV'S) NA CAPITAL BOA VISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA – CAER**, nas condições estabelecidas no Edital.

1.2. O objeto da Contratação:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Limpeza mecanizada, tipo sucção à vácuo e hidrojateamento, dos poços de Visita (PV's) na capital Boa Vista (Segunda a Sexta-feira)	7.392		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de licitação, a Adjudicação e a Homologação da contratação;
- 1.3.3. A Proposta da Contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses), podendo ser renovado por até 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - RENOVAÇÃO CONTRATUAL

3.1. Os contratos poderão ser renovados, observando-se o artigo 200 do RILC.

CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

4.2. A fim de estabelecer comunicação a respeito da execução do contrato, a CONTRATADA, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta da Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

4.3. O gestor e o fiscal realizarão relatórios durante toda a execução do contrato, incluindo

fotográficos, caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A limpeza dos Poços de Vista (PV) compreende a retirada de materiais sólidos, de forma mecanizada tipo sucção e hidrojateamento, com previsão de limpeza de 28(vinte e oito) unidades por dia, considerando de segunda a sexta, totalizando a média de 616(seiscentos e dezesseis) PV/mês. A média estimada de retirada de materiais sólido é de 0,20 M³/PV/DIA, totalizando 61,60 M³/mês ou de acordo com a solicitação da GSE, através do Gerente de Serviços de Esgoto.

5.2. Os serviços de limpeza mecanizada obedecerão ao levantamento dos bairros que serão limpos e suas localidades, conforme sequência pré-determinada pela fiscalização.

5.3. Deverá ser feita semanalmente um vistoria acompanhada da fiscalização e do responsável pela contratada, quando será elaborado o relatório de execução do serviço para pagamento da fatura mensal.

5.4. Será estabelecido, em conjunto com a contratada, rotinas para o cumprimento do objeto do contrato.

5.5. Os serviços de limpeza deverão iniciar imediatamente a partir da emissão da ordem de serviço.

5.6. Todas os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços devem ser mantidos em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da notificação. Os equipamentos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos. Os funcionários envolvidos com o serviços deverão utilizar EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

6.1. O serviço deverá ser executado nos poços de visita de esgoto (PV's) na cidade de Boa Vista - RR, no prazo de execução de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir da emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - RECEBIMENTOS DOS SERVIÇOS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

7.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos no subitem 6.1., contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no instrumento contratual e na proposta vencedora.

7.2. O recebimento definitivo dos serviços, será finalizado em até 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento provisório mencionado no subitem 7.1., após a aferição de quantidade, especificações e quantidades e consequente aceitação;

7.3. Não serão aceitos na entrega dos serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes no instrumento contratual e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo de 12 (doze) horas, a contar da notificação a contratada, sem quaisquer ônus a contratante;

7.4. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA NONA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. Não há a necessidade de promover transição contratual para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - PREÇO

10.1. O valor da contratação é de _____ (_____),

10.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.1.2. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos no valor, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

serviço ser entregue sem ônus adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

11.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

11.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DOS CONTRATOS

12.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em ____/____/____.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REVISÃO CONTRATUAL

13.1. A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro do valor do contrato pode se dar a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que presentes os seguintes requisitos:

- I** – comprovação da ocorrência de evento extraordinário, futuro e incerto capaz de desequilibrar a equação econômico-financeira;
- II** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira deve ter ocorrido após a apresentação da proposta;
- III** - o evento que desequilibrar a equação econômico-financeira não pode decorrer de culpa do Contratado;
- IV** – o efeito econômico provocado pelo evento extraordinário sobre a equação econômico-financeira deve ser substancial, de forma a restar caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do Contratado e a retribuição devida pelo Contratante;
- V** – restar demonstrado o necessário nexo de causalidade entre o evento extraordinário e a majoração ou redução dos encargos do Contratado que justifique a necessidade de recomposição da remuneração correspondente;
- VI** – o efeito econômico provocado pelo fato extraordinário deve restar demonstrado por meio da juntada aos autos do processo administrativo de planilha de custos e formação de preços ou outros documentos capazes de atestar o desequilíbrio provocado sobre a equação econômico-financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Permitir o acesso dos empregados da empresa contratada às dependências da CAER, para tratar de assunto referente ao contrato em execução.

14.2. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham contribuir para a execução dos serviços.

14.3. Comunicar a empresa contratada qualquer irregularidade em relação ao serviço

executado.

- 14.4. Solicitar as substituições de produtos e/ou equipamentos que não esteja realizando o serviço de maneira satisfatória.
- 14.5. Contribuir em tudo que for necessário a perfeita execução dos serviços.
- 14.6. Atestar a(s) nota(s) fiscal(is) referente aos serviços executados.
- 14.7. Indicar funcionário/comissão para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 14.8. Efetuar o pagamento em conformidade com este instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Realizar a execução dos serviços no prazo indicado neste instrumento.
- 15.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CAER.
- 15.3. Responder por qualquer dano causado diretamente aos bens de propriedade da CAER.
- 15.4. Comunicar ao Gerente dos Sistemas de Esgotos da CAER qualquer anormalidade de caráter urgente referente a execução dos serviços.
- 15.5. Responsabilizar por seus funcionários trabalharem sempre com o devido equipamentos de proteção individual ou coletivo (EPI ou EPC).
- 15.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas de seus funcionários e fornecer os documentos comprobatórios a CAER sempre que solicitado.
- 15.7. A recusa da Contratada no atendimento às convocações para o trabalho constituirá descumprimento de obrigação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

- 16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SANÇÕES

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

17.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

17.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

17.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

17.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

17.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

17.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;
- f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

17.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

17.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

17.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

17.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

17.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03 (três) dias úteis.

17.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

17.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

17.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

17.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

17.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

17.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

17.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

18.1. A extinção dos contratos ocorrerá de acordo com o previsto nos artigos 247 a 249 do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

19.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CAER.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FONTE E RECURSOS

20.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da

CAER, sob: 45010.17122010.001.018/399/001

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

21.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.406/2002, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC e o Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 203 a 210 do RILC.

22.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante.

22.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO

24.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

ELIZANGELA DE SOUSA RODRIGUES

Diretora de Engenharia e Gestão Ambiental

PELA CONTRATADA:

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF : _____